

Justiça Federal

Digital

► **Divulgado
cronograma de
implantação do
e-Proc em todas as
varas federais do
Espírito Santo**



eproc

407

► Justiça Federal define cronograma de implantação do e-Proc em todas as varas

A Justiça Federal do Espírito Santo divulgou no dia 23 de março o cronograma de implantação do sistema e-Proc em toda a Seccional. Implantado inicialmente nas Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais de Vitória, o sistema processual deverá entrar em funcionamento nas demais varas até meados de 2018.

Nos JEFs, o sistema vem funcionando normalmente. No dia 21 de março, às 19h58, o e-Proc da JFES recebeu seu primeiro laudo pericial. Trata-se de um Benefício de Prestação Continuada a Pessoa com Deficiência, com Relatório Social apresentado pela assistente social Graziela Patrícia de Souza. O pagamento da perita foi solicitado já no dia 22, ao meio-dia, validado em seguida e certificado nos autos às 12h30. "A nomeação, solicitação de pagamento e validação do mesmo foram bem simples no e-Proc (bem mais simples e rápido que fazer no AJG). Em seguida, conferimos no AJG para verificar se o lançamento estava lá e estava tudo certo", comemora o servidor André Campos, do 1º Juizado Especial Federal de Vitória.

Veja abaixo o cronograma de implantação nas demais varas.

Cronograma de Implantação do Sistema EPROC na Seção Judiciária do Espírito Santo

LOCALIDADE	FASE	DATA
Vitória	Início do EPROC nos JEFs de Vitória e Turmas Recursais da SJES	23/02/2018
Vitória	Início do EPROC nas Varas Cíveis de Vitória nas competências previdenciária e propriedade industrial	27/04/2018
Vitória	Início do EPROC nas Varas de Execução Fiscal de Vitória da SJES	21/05/2018
Vitória	Início do EPROC nas Varas Cíveis de Vitória para as demais matérias não-criminais	25/06/2018
Serra, Linhares e São Mateus	Início do EPROC nas Subseções de Serra, Linhares e São Mateus da SJES na competência de Juizados	10/04/2018
Serra, Linhares e São Mateus	Expansão do EPROC nas Subseções de Serra, Linhares e São Mateus da SJES para competência previdenciária e propriedade industrial	27/04/2018
Serra, Linhares e São Mateus	Expansão do EPROC nas Subseções Judiciárias de Serra, Linhares e São Mateus para as demais matérias não-criminais.	25/06/2018
Cachoeiro de Itapemirim e Colatina	Início do EPROC nas Subseções de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina nas competências previdenciária, propriedade industrial e de juizados	27/04/2018
Cachoeiro de Itapemirim e Colatina	Expansão do EPROC nas Subseções Judiciárias de Cachoeiro do Itapemirim e Colatina para as demais matérias não-criminais.	25/06/2018
TODOS	Início do EPROC na competência Criminal em todos os órgãos julgadores da 2ª Região	29/06/2018

► Com apoio da Justiça Federal do ES, e-Proc começa a funcionar na Seção Judiciária fluminense

Um mês após a implantação e-Proc nas Turmas Recursais (TRs) e Juizados Especiais Federais (JEFs) de Vitória/ES, o sistema processual passou também a ser o instrumento oficial usado para o ajuizamento e tramitação das ações digitais nos JEFs capital fluminense e nas Turmas Recursais do Estado do Rio de Janeiro. O sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (com sede em Porto Alegre/RS) vem se disseminando por outros órgãos do Judiciário em razão das funcionalidades e da segurança que apresenta. Prova disso é que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) também irão celebrar acordo de cooperação técnica para a cessão do direito de uso do e-Proc em todo o Poder Judiciário catarinense. O acordo foi aprovado na sessão de 21 de março, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça catarinense.



Trabalho colaborativo

Para garantir o sucesso da implantação do sistema na Seção Judiciária fluminense foi fundamental o apoio da Justiça Federal do ES, pioneira na implantação do sistema na 2ª Região. Mesmo com uma equipe reduzida, os técnicos de tecnologia da informação da JFES se desdobraram para, junto com as equipes de informática do TRF2 e do TRF4, cuidar de toda a infraestrutura e sistemas necessários.

Assim como ocorreu no início do ano, para implantação do e-Proc na SJES, os técnicos utilizam o conceito militar de 'sala de guerra', "uma estratégia que reúne todos os envolvidos num bunker (no nosso caso uma sala) para tomada rápida de

decisões e compartilhamento de informações", explica o diretor do NTI da Seccional capixaba, Fabricio Vasconcelos Costa.

De acordo com Fabricio, as equipes trabalharam para construir o ambiente e-Proc para a SJRJ, que ficará 'albergada' na SJES. "Essa construção envolve configurações de equipamentos, disponibilidade de serviços, criação de servidores e habilitação de serviços, bem como desenvolvimento de sistemas e ajustes para personalização às demandas da SJRJ", detalha o diretor. Paralelamente aos trabalhos da SJRJ, os técnicos já preparam o ambiente do TRF2, que será a próxima fase do projeto de implantação.

O sistema da SJRJ entrou em produção à zero hora do dia 23/03 e, a partir daí, as equipes passarão a atuar no seu monitoramento e possíveis intervenções técnicas necessárias. Até o dia 27/03, o sistema foi monitorado pela equipe reunida. "Depois disso os servidores continuarão os trabalhos de suas respectivas unidades, atuando remotamente", informa Fabricio.

Hospedagem

Segundo o servidor, foi definido que inicialmente a SJES 'hospede' o e-Proc para as três casas da Região (SJES, SJRJ e TRF2), uma vez que a Seccional detém uma infraestrutura mais robusta para essa sustentação. "Fizemos investimentos em 2017 que nos possibilitaram isso e estamos concretizando com investimentos em 2018", pontua, acrescentando que "as equipes estão atuando regionalmente pela união de esforços entre as áreas de TI do TRF2 e da SJES, buscando uma gestão colaborativa e participativa, minimizando esforços e promovendo a integração técnica na região".

e-Proc

Segundo projeção da Corregedoria Regional da 2ª Região, até o segundo semestre de 2018 o e-Proc deverá ser implantado em todas as unidades judicantes do TRF2, de primeira e segunda instâncias.

O e-Proc foi idealizado por magistrados e servidores da Justiça Federal da 4ª Região. Atualmente há mais de 5 milhões de ações distribuídas por meio do sistema que conta com cerca de 130 mil advogados cadastrados em todo país.

O primeiro sistema processual eletrônico da Justiça Federal brasileira começou a ser utilizado em 2003, nos Juizados Especiais Federais (JEFs) do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. A versão atual foi construída aproveitando os conceitos da primeira versão, sendo implantada em todas as varas federais de primeiro grau em 2009 e, em 2010, também no TRF4.

Por atender todas as matérias e graus, é considerado pelos usuários um sistema consolidado pela agilidade e pelas funcionalidades. Além disso, representa economia para a gestão pública e sustentabilidade, pois dispensa o uso de papel e insumos para a impressão. Outro aspecto é a disponibilidade do sistema online, 24 horas por dia, a partir de qualquer local com acesso à internet.

O sistema é constantemente atualizado pela equipe de desenvolvimento, atendendo às novas demandas desses usuários.

Tribunais com e-Proc

O sistema e-Proc também já está sendo utilizado pelo Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ TO), pelo Superior Tribunal Militar (STM), pelo Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJM MG) e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ RS), na Comarca de Encantado.

***Com informações do TRF4 e do TRF2**

INFORMAÇÕES SOBRE O E-PROC

Espírito Santo

eproc@jfes.jus.br ou (27) 3183-5124

Rio de Janeiro

teleatendimento@jfrj.jus.br ou (21) 3218-9000

OUTRAS NOTÍCIAS

► Em palestra na JFES, auditor fiscal diz que eSocial deverá trazer uma nova era nas relações trabalhistas e tributárias



No dia 15 de março, de gestores da Seção Judiciária do Espírito Santo participou da palestra “eSocial, Uma Nova Era nas Relações Trabalhistas e Tributárias – Visão – Comprometimento – Segurança – Administradores e Gestores Públicos”, ministrada pelo auditor fiscal da Receita Federal aposentado João Luiz Póvoa.

O instrutor esteve na SJES durante os dias 12, 13 e 14 de março ministrando capacitação para os servidores que estão envolvidos diretamente com a mudança que o eSocial trará, a partir de 2019, para os órgãos públicos, conforme Decreto nº 8373, de 12/12/2014, que o instituiu.

Além dos gestores, também assistiram a palestra, por videoconferência, servidores da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e de Cachoeiro de Itapemirim. O juiz auxiliar do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, Roque Messias Calsoni, e a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas daquele tribunal, Cleide Mara Reisen, também participaram.

De acordo com o cronograma do eSocial, o cadastramento dos servidores dos órgãos públicos deverá ter início em janeiro/2019. Esse cadastramento envolverá até 200 itens por servidor e deverá ser permanentemente atualizado. A área de Gestão de Pessoas precisa ser informada sobre qualquer alteração nesses dados, como troca de nome, por motivo de casamento, etc. Essas informações poderão ser compartilhadas em dois anos após o cadastro e conterá dados inclusive sobre a saúde do trabalhador. Caso o órgão deixe de informar alguma alteração ou informe de forma equivocada, estará sujeito a multas que variam de R\$ 200,00 a quase R\$ 200.000,00 por ocorrência.

► Curso “Precedentes Judiciais: Teoria e Aplicação Prática na Justiça” abre programação presencial da Emarf em Vitória/ES



O juiz federal Paulo André Espírito Santo abriu na manhã de 22/3 o primeiro curso presencial realizado pela Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região, na SJES, neste ano. “Precedentes Judiciais: Teoria e Aplicação Prática na Justiça” foi ministrado durante dois dias, no auditório “Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira”, na sede da Seccional

Em sua fala inicial, o magistrado, que coordena o curso, lembrou de sua felicidade ao retornar a Vitória, onde atuou como juiz do 2º Juizado Especial Federal por um curto período e ainda de seu colega saudoso que dá nome àquele auditório. Em seguida, o magistrado apresentou o desembargador federal Poul Erik Dyrland, do TRF da 2ª Região, que proferiu palestra sobre “Precedentes Judiciais: Teoria, Identificação de um Precedente e Interseção entre os Sistemas Judiciais da Common Law e da Civil Law”.

O juiz federal Caio Márcio Guterres Taranto deu seguimento às atividades da manhã, falando sobre “Afirmação do Precedente, Técnicas de Distinção, Revogação e Contenção”, e à tarde ministrou oficinas e brainstorming.

O curso continuou na manhã do dia 23, com os instrutores Luiz Claudio Allemand, advogado, Vanila Cardoso André de Moraes, juíza federal do TRF da 1ª Região, e, à tarde, com o juiz federal Caio Márcio Guterres Taranto, que o encerrou.

► Justiça Federal sedia seminário “Advocacia e o Feminino”

O auditório da sede da Justiça Federal, em Vitória, foi palco na manhã de quarta-feira, 21, do seminário “Advocacia e o Feminino – Um diálogo entre o direito e a psicanálise: lutas, desafios e particularidades da mulher advogada”.

Promovido pela Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH), o seminário foi realizado das 8h30 às 11h e contou com apresentações da advogada e conselheira federal Flávia Brandão, da advogada e procuradora do Estado Gladys Bitran, das psicanalistas e professoras Renata Conde Vescovi e Darlene Angelo Gaudio Tronquoy, e mediação da advogada e professora doutora Christine Mendonça.



► TRF2 designa mutirão de conciliação e sentenças em abril na Vara Federal de Colatina/ES

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e a Corregedoria-Regional da 2ª Região designaram a realização de mutirão de conciliação e sentenças nos dias 23 e 24 de abril de 2018, em processos previdenciários que tramitam na vara federal de Colatina/ES.

O ato que designou o mutirão foi publicado em 21/3, no Diário Eletrônico da 2ª Região.

De acordo com o ato, deverão atuar no mutirão os juízes federais Maria Cristina Ribeiro Botelho Kanto e Guilherme Alves dos Santos, ambos da Vara Federal de Colatina, e os juízes federais Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, Rodrigo Reiff Botelho e Aline Alves de Melo Miranda Araújo, sem prejuízo de suas jurisdições.

A sede da Justiça Federal em Colatina fica na Rua Santa Maria, 46 - Centro. Telefone: (27) 2101-7600



► Vera Massariol se despede da Justiça Federal

Prestes a completar 33 anos de dedicação à Justiça Federal do Espírito Santo, a diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), Vera Ely Massariol, teve em março sua aposentadoria concedida.

No dia 20, a analista judiciária ganhou uma calorosa despedida, na sala de conciliações do terceiro andar do prédio sede, com a participação de aproximadamente 90 pessoas, entre magistrados, servidores, estagiários, aposentados e familiares. Dentre os magistrados presentes, estava o desembargador federal Antonio Cruz Netto (aposentado), com quem Vera trabalhou no início da carreira, na antiga 3ª Vara Federal.

Vera Ely tomou posse na JFES em 1985, inicialmente na área de Distribuição de Processos. Após um ano foi lotada na 3ª Vara, onde permaneceu por 12 anos e exerceu a função de diretora de secretaria. Depois, requisitada para a área administrativa, atuou nos primeiros anos na área de licitação e tem orgulho por ter participado do primeiro grupo de pregoeiros da Justiça Federal capixaba.



Vera Ely Massariol (de preto), com a diretora da Secretaria Geral da JFES, Neidy Aparecida Emerick Torrezani, o desembargador federal Antonio Cruz Netto e a filha do magistrado, Cibele Dayrell Cruz Soares, diretora de secretaria da 1ª Vara Federal Cível de Vitória

Em 2004, o juiz federal Alexandre Miguel, então diretor do foro, nomeou Vera diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), responsável por dar apoio às Varas e Juizados Federais, firmando convênios com órgãos (para utilização de seus sistemas), entidades (para cumprimento de penas alternativas) e faculdades (para implantação de núcleos de prática jurídica que atendam a demandas da Justiça Federal).

O NAJ também gerencia vários sistemas, dentre eles: o Renajud, o Infojud, o Bacen Jud, o Malote Digital e o de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), no qual realiza a validação dos cadastros feitos pelos peritos, advogados voluntários e dativos, tradutores, intérpretes e curadores. É responsável também pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) e pela Seção de Atendimento aos Juizados Especiais Federais (Seajef), dentre outras atividades de grande impacto na área judiciária.

► JFES iniciará construção de usina fotovoltaica em sua sede

A Prefeitura de Vitória expediu, em 19 de março, alvará de execução para construção de usina fotovoltaica na sede da Justiça Federal, em Vitória. "As obras serão executadas em duas etapas, de modo a reduzir o número de vagas interditadas ao mesmo tempo. A usina será composta de 288 painéis e três inversores, com capacidade instalada de 75 kW no pico de geração", informa o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM) da Justiça Federal, Carlos Chaves Damásio.

Exemplo

De acordo com o engenheiro, além de gerar cerca de 8% da energia consumida nos dias úteis pelo prédio sede da JFES, em Vitória, a usina serve como projeto piloto para capacitação da equipe técnica do NOM, que já compartilhou o conhecimento adquirido com a Seção Judiciária do Rio de Janeiro e o TRF da 4ª Região. “Posicionada em frente à Rede Gazeta com os painéis bastante visíveis, a usina terá um visual bem bonito, contribuindo para estimular outros órgãos e empresas a adotar essa tecnologia”, declara o diretor do Núcleo.

Colatina

Carlos Damásio revela que no estudo preliminar de arquitetura para o prédio que, futuramente, abrigará a sede da Vara Federal de Colatina, já está sendo empregado o conhecimento adquirido pelo NOM.

Com base no consumo efetivo do prédio do Fórum de Serra, foi incorporado ao projeto de Colatina um sistema com 100 painéis que terá capacidade de gerar 100% da energia consumida pelo prédio (ilustração abaixo).

“Ainda não há garantias de que o recurso orçamentário destinado ao novo Fórum seja suficiente para incluir o sistema fotovoltaico, mas todos os esforços serão realizados com esse intuito”, garante o servidor.





• Direito

INSCRIÇÕES PARA ESTÁGIO NAS VARAS FEDERAIS EM VITÓRIA/ES

INSCRIÇÕES: 19/03 até 06/04, às 17h, mediante o preenchimento do formulário padronizado de inscrição, que se encontra no site www.jfes.jus.br (link estágios – área de atuação Emarf), e encaminhados para o e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br

EDITAL: www.jfes.jus.br (link estágios – área de atuação - EMARF).

PROVA: 11/04/2018, às 14h, no Auditório do Prédio Sede da Seção Judiciária do Espírito Santo.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas diárias, a ser cumprida dentre o horário de expediente desta Seção Judiciária (12h às 19h). O requisito para participação no programa de estágio é cursar, à época da inscrição e da posse, entre o 5º e o 9º períodos de Direito em Universidade ou Faculdade reconhecida pelo MEC.

REMUNERAÇÃO: O estagiário terá direito a uma bolsa mensal no valor atual de R\$ 798,60 (setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) mais auxílio-transporte mensal.



Informações:
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877
Monte Belo, Vitória - Telefones: (27) 3183-5047,
de 12 às 19 horas.
www.jfes.jus.br



EXPEDIENTE NA SEMANA SANTA

Em virtude do feriado da Semana Santa, conforme a Lei 5010/66, não haverá expediente na Justiça Federal nos dias **28, 29 e 30 de março**.

Os casos de urgência poderão ser resolvidos pelo plantão, cuja escala é atualizada semanalmente em nossa internet (Veja “Plantão Judiciário” no **www.jfes.jus.br**)

NCS: ncs@jfes.jus.br

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas





25 de março

Dia do Oficial de Justiça



Vida de Oficial de Justiça

Todo Oficial de Justiça tem muito para contar, mas é parecido com outro profissional injustiçado, não pode abrir a boca, já falam que é “estória de pescador”. Com o passar dos anos, transformam-se em lendas vivas e também em acervo e memória da instituição in loco. Elos da justiça com os jurisdicionados em seus recantos, suas residências, seus locais de trabalho e seus esconderijos.

Suas experiências únicas, peculiares, difíceis e por vezes extraordinárias carregam também o sofrimento de ser incompreendido, de muita vez, ser “mal falado”, tido como “vida mansa”, que “ganharia muito e trabalharia pouco”, e essa pecha, claro, entristece, principalmente por não traduzir a realidade.

Vida de Oficial de Justiça não é fácil...

Foi procurado na vizinhança por Oficial de Justiça? Não deve ser coisa boa... E ouvem: “_Ei, não venha aqui! Minha família não pode te ver, senão tenho problemas... Você não sabe o que me aconteceu, só tragédia!” Senta que lá vem história do desabafo uma vida inteira que precisa de toda a atenção. Neste momento o Oficial deixa de ser “pescador”, transforma-se em “psicólogo” e garante seu pós-doutorado em “paciência”.

Salvo raras exceções, no geral são rechaçados, associados a notícias e obrigações que ninguém quer receber ou fazer... Ouvem sempre: “_Encontre-me só no trabalho, ou na esquina, ou na caverna! Ou, simplesmente, não me encontre nunca! Já te bloqueei! Vou te processar por constrangimento!”.

As pessoas por quem procuram não querem atendê-los, fogem, somem. Uma briga de gato e rato e o Oficial de Justiça, que já era “pescador” e “psicólogo”, agora é ainda “detetive” e “investigador”...

E lá vem outra atribuição que logo viram especialistas: “pesquisadores”. Afinal, os endereços trazidos nos mandados, quando completos, não são tão simples como parecem: aquela rua já mudou o nome faz tempo! E a numeração? Na prática, mais parece sopa de letrinha, tudo misturado! Sequência numérica? Só na teoria!

Quanto aos locais no interior que nem o Google Maps conhece o jeito é virar Indiana Jones e sair por aí como “caçador, aventureiro destemido e distante da normalidade” utilizando meios de transporte nada convencionais na atualidade como os cavalos emprestados: era o que faltava para não desistir e transformar aquela diligência perdida em Positiva.

E o que fazer para atravessar aquele lamaçal que derrotou o carro? A quem pedir socorro quando já dentro do quintal alheio perceber aquele cachorro bravo te cercar? Quem ajudará quando o carro cai numa vala no caminho estreito? Ligar para alguém? De que maneira se lá naqueles confins não tem sinal no celular?

E ainda enfrentando o sol e a chuva, frio ou calor escaldante – conforme só sabem aqueles que já passaram pela Subseção de Cachoeiro de Itapemirim... Mais ainda numa diligência na pedreira sob o sol de meio dia quando o intimando desce num rapel improvisado para atender o oficial que teme pela vida dos trabalhadores naquele risco cotidiano.

E seguem os dias, buscando motivação a cada momento, vivendo a alegria do dever cumprido bem como a certeza de que vale o esforço de superação com ajuda da parceria dos companheiros de trabalho que já se transformaram em amigos de uma vida!

Parabéns a todos Osiciais de Justiça que se esforçam para cumprir os mandados enfrentando sozinhos no cotidiano, os locais e as situações mais difíceis.



Texto da servidora Jania Gomes de Souza Alves, supervisora da Seção de Controle de Mandados da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

